

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.427 - AM (2018/0248637-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : R B DE C J**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**DECISÃO**

**R. B. DE C. J.** interpõe recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas** no Recurso em Sentido Estrito n. 0205651-35.2010.8.04.0020.

O recorrente foi denunciado pela suposta prática dos delitos dos art. 129, § 9º e 147, ambos do Código Penal. A Magistrada de primeiro grau decretou a extinção da punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva na modalidade virtual. O Tribunal de origem deu provimento ao Recurso em Sentido Estrito do Ministério Público, a fim de determinar o prosseguimento da ação penal.

A defesa alega violação dos arts. 109 e 111, ambos do Código de Processo Penal. Nas razões do recurso especial, defende, em síntese, a necessidade de revisão do entendimento jurisprudencial firmado na Súmula n. 438 do STJ, a fim de permitir seja reconhecida e declarada a extinção da punibilidade pela prescrição da pena em perspectiva.

Requer o provimento do recurso, para "ser afastada a vedação à extinção da punibilidade pela prescrição virtual" (fl. 167).

Contrarrazões às fls. 170-178.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República Haroldo Ferraz da Nóbrega, manifestou-se pelo não provimento do recurso especial (fls. 197-200).

**Decido.**

A questão a ser decidida refere-se à possibilidade de extinção da punibilidade pela prescrição baseada na pena em perspectiva.

Com efeito, esta Corte Superior não admite a extinção da

punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva tendo por base a pena hipotética, também conhecida como prescrição virtual.

Esse entendimento está consolidado na Súmula n. 438, *in verbis*: "É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento na pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal".

A questão também está pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, inclusive, sob a sistemática da repercussão geral:

ACÇÃO PENAL. Extinção da punibilidade. Prescrição da pretensão punitiva "em perspectiva, projetada ou antecipada". Ausência de previsão legal. Inadmissibilidade. Jurisprudência reafirmada. Repercussão geral reconhecida. Recurso extraordinário provido. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC. É inadmissível a extinção da punibilidade em virtude de prescrição da pretensão punitiva com base em previsão da pena que hipoteticamente seria aplicada, independentemente da existência ou sorte do processo criminal.

(RG na QO no RE n. 602.527/RS, Rel. Ministro Cezar Peluso, Repercussão Geral, DJe 18/12/2009)

A alegada eficiência processual ou a economia de recursos públicos não autoriza a adoção de procedimento (instituto) não previsto na legislação para dar fim ao processo. Não há, pois, particularidade do caso concreto (*distinguishing*) que justifique a não aplicação da jurisprudência predominante nesta Corte Superior de Justiça, assim como não há falar na superação desse entendimento (*overruling*), posto que estabelecido sob a sistemática da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal e sem nenhum indicativo de alteração dessa posição.

Assim, não há razões para que seja amparada a pretensão recursal, em homenagem ao princípio da **segurança jurídica**. A observância aos precedentes garante ao jurisdicionado a certeza do posicionamento do Judiciário em relação a determinada matéria posta em juízo e evita, com isso, a proliferação de decisões contraditórias.

A interpretação uniforme das leis faz com que exista uma ordem jurídica mais coerente, mais estável, com maior previsibilidade quanto

à interpretação adotada pelo Poder Judiciário.

A Corte de origem decidiu em consonância com o entendimento predominante neste Tribunal Superior, razão pela qual o julgado deve ser mantido.

À vista do exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

